

RESOLUÇÃO Nº 012/2019

Regulamenta as normas para campanha eleitoral, os candidatos habilitados ao pleito, local de votação, tipos de propaganda, divulgação de propostas à população local, a fiscalização, atos permitidos e proibidos no dia da eleição, votação e apuração do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar Quadriênio 2020/2024.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Balneário Camboriú, SC**, órgão com competência deliberativa e controladora de todas as ações voltadas à infância e juventude no município, e responsável pela realização da eleição para escolha dos membros do Conselho Tutelar (art.88, inciso II, c/c o art. 139, do Estatuto da Criança e do Adolescente), no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º. A propaganda eleitoral dos candidatos somente será permitida no período restrito de 03/09/2019 a 05/10/2019;

Art. 2º. Toda propaganda será de inteira e exclusiva responsabilidade dos candidatos, imputando-lhes solidariedade nos excessos praticados por seus simpatizantes;

Art. 3º. Os candidatos são responsáveis pelo seu material de divulgação, bem como pela limpeza das vias públicas da cidade que contiverem qualquer parcela do mesmo;

Art. 4º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente providenciará ampla divulgação da escolha, de forma a motivar e conscientizar os munícipes da importância da participação popular nesta eleição;

Art. 5º. É vedada a propaganda eleitoral nos veículos de comunicação sociais televisivos, radiofônicos e impressos periódicos, sendo admitido somente a realização de debates (Art. 20 da Lei nº1.033/91);

Art. 6º. Serão permitidos debates e entrevistas, envolvendo todos os candidatos habilitados ao pleito, que deverão ser comunicados com prazo de antecedência de 03 (três) dias, a serem realizados em canais de rádio, televisão e jornais, de forma que os candidatos disponham do mesmo espaço e tempo, no mesmo dia, garantindo absoluta igualdade entre os candidatos concorrentes, permitindo aos cidadãos avaliarem o potencial de cada candidato postulante ao Conselho Tutelar;

Art. 7º. É proibida a propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer lugar público ou particular (Art. 21, da Lei nº1.033/91);

Art. 8º. Fica expressamente vedada propaganda por auto-falantes ou assemelhados, fixos ou em veículos, promoção de comício ou carreata, ou qualquer tipo de propaganda que implique em grave perturbação da ordem pública;

Art. 9º. Não será permitido aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa, considerando-se aliciamento de eleitores por meio insidiosos o oferecimento ou a promessa de dinheiro, dádiva, benefícios ou vantagens de qualquer natureza mediante o apoio para a candidatura; e propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são atribuição do conselheiro tutelar, a criação de expectativas na população, bem como qualquer outra prática que induza dolosamente o eleitor ao erro;

Art. 10º. Para divulgação de suas candidaturas serão permitidas:

a) Confeção de panfletos, tamanho máximo de uma folha A4, contendo exclusivamente informações sobre o candidato, seus objetivos, o papel do Conselho Tutelar e informações sobre o processo de escolha;

- b) Divulgação por meio da internet, através das mídias sociais (Facebook, Twitter, Instagram e WhatsApp);
- c) Confeção e distribuição de bottons e adesivos contendo exclusivamente informações sobre o candidato.

Art. 11º. Não será permitido constar nas propagandas nenhum tipo de apoio político-partidário, não serão toleradas a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da máquina eleitoral dos partidos políticos;

Art. 12º. Não serão toleradas o favorecimento de candidato por qualquer autoridade pública e/ou utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da administração pública municipal, bem como, fazer campanha em órgãos públicos da administração direta e indireta e entidades que recebam recursos públicos;

Art. 13º. Serão permitidos a utilização de camisetas e crachás para uso exclusivo dos candidatos, não admitindo-se distribuição de camisetas, boné, cartazes, ou qualquer outro tipo de brinde para a população em geral;

Art. 14º. Durante a campanha não poderá ser utilizado crianças ou adolescentes menores de 16 (dezesesseis) anos para veiculação das propostas da campanha, de qualquer forma;

Art. 15º. Não será admitido a boca de urna, o transporte de eleitores, distribuição de material de propaganda política no dia das eleições;

Art. 16º. Qualquer cidadão de forma escrita e fundamentada poderá apresentar denúncia a Promotoria pública sobre a existência de irregularidades ou descumprimento desta resolução na propaganda dos candidatos;

Art. 17º. Serão aceitas as denúncias que puderem ser comprovadas podendo os denunciantes solicitar as forças de segurança apoio na constatação do ilícito.

Art. 18º. O Ministério Público será notificado de todas as etapas do certame e seus incidentes, pelo CMDCA, sendo-lhe facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para o período da campanha e no dia das eleições;

Art. 19º. No dia da eleição é vedado qualquer tipo de propaganda, sujeitando-se o candidato que promovê-la à cassação de seu registro de candidatura e procedimento a ser apurado perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 20º. A votação será realizada em 02 (dois) locais de votação: Centro Educacional Municipal Nova Esperança – Bairro Nova Esperança e Centro Educacional Municipal Ivo Silveira, no Bairro dos Estados.

Art. 21º. O início do processo de votação dar-se-á as 8h e findar-se-á as 17h do dia 06 de outubro de 2019;

Art. 22º. As 17h, o Presidente da seção determinará a distribuição de senhas para aqueles eleitores que porventura se encontrarem na fila, iniciando pela última pessoa da fila;

Art. 23º. Cada seção será composta por 01 (uma) mesa contendo 03 (três) membros, 01 (um) presidente, 01 (um) mesário e 01 (um) suplente de mesário;

Art. 24º. Somente poderão permanecer dentro dos locais de votação, os fiscais, representante do Ministério Público, os membros do CMDCA, os candidatos devidamente identificados e o eleitor durante o tempo necessário a votação;

Art. 25º. Os candidatos e os fiscais apresentar-se-ão devidamente identificados, com o respectivo crachá, fornecidos e assinados pelo CMDCA;

Art. 26º. Cada candidato poderá indicar um fiscal para cada local de votação, que deverá preencher inscrição através de formulário próprio, na Casa dos Conselhos (Rua 1822, nº1510), no dia 30 de Setembro de 2019, das 8h30min às 14h30min, sendo que os fiscais são facultativos, conforme o interesse de cada candidato e que no momento da abertura das urnas não se faz necessário a presença destes, bem como a não indicação não vicia o processo eleitoral;

Art. 27º. Estão aptos a votar todos os eleitores de Balneário Camboriú, sendo o voto facultativo e secreto, cujos títulos tenham sido transferidos até o dia determinado pela Justiça Eleitoral;

Art. 28º. Cada eleitor terá direito a 05 (cinco) votos, sendo estes distribuídos da seguinte forma: 01 (um) voto para Assistente Social, 01 (um) voto para Bacharel em Direito, 02 (dois) votos para Membro da Comunidade e 01 (um) voto para Psicólogo;

Art. 29º. O processo de apuração terá início tão logo termine a votação, obedecendo a ordem de chegada das urnas e só poderão adentrar e permanecer no local de apuração membros do CMDCA, representantes do Ministério Público, policiais, Guarda Municipal, imprensa e candidatos;

Art. 30º. A apuração ocorrerá no plenário da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, localizada na Avenida das Flores, 675, Bairro dos Estados, Balneário Camboriú/SC;

Art. 31º. Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado da eleição mandando publicar os nomes dos candidatos e o número de sufrágios recebidos, abrindo-se prazo para impugnação de dois dias;



P R E F E I T U R A
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – CMDCA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FMDCA



Art. 32º. Ficam todos os candidatos inscritos cientes de que a violação das regras da campanha eleitoral, que caracterizem abuso do poder político, de poder econômico ou do poder de autoridade, ou qualquer outra ofensa à lisura do processo eleitoral que possa comprometer a livre manifestação da vontade do eleitor sujeitará o candidato autor do abuso ou da prática ilícita a procedimento de cassação do seu registro de candidatura ou diploma, a ser apurado perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 33º. A segurança do pleito será de responsabilidade das forças de segurança;

Art. 34º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, presidirá e a fiscalização será realizada pelo representante do Ministério Público.

Art. 35º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Balneário Camboriú, SC, 16 de Julho de 2019.

JOÃO CARLOS ALVES DOS PASSOS

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMDCA